



I. Introdução

O Poder Eleitoral da República Bolivariana da Venezuela organizou nos anos 2008, 2009 e 2010, três eventos de caráter internacional denominados: Encontros Interamericanos de Peritos e Representantes de Organismos Eleitorais dos Estados Membros da Organização de Estados Americanos (OEA). O antecedente imediato desses encontros é o acordo realizado na Terceira Cimeira das Américas (2001) de chefes e chefas de Estado e Governo dos países do Hemisfério cujo tema principal foi a “Modernização e Uso das Tecnologias Eleitorais no Hemisfério”, para continuar fortalecendo os mecanismos eleitorais, usando tecnologias de informação e comunicação quando forem possíveis, visando garantir eficazmente a imparcialidade, transparência, rapidez e autonomia das instituições e/ou tribunais eleitorais responsáveis pela organização, monitoramento e verificação das eleições.

Nessa oportunidade, recomendou-se a troca de tecnologias e práticas ótimas para estimular os cidadãos a participarem nos processos eleitorais, bem como a formação de eleitores, a modernização e simplificação do cadastro eleitoral e dos procedimentos de votação e apuração, levando em conta a necessidade de salvaguardar a integridade e transparência do processo eleitoral e promover a total participação e incorporação de todos os cidadãos com capacidade de exercer o direito ao sufrágio, sem discriminação.

Os temas sugeridos e depois tratados em cada um dos Encontros realizados em Caracas decorrem de uma nova realidade política de nossos países e se apóiam nos novo marcos constitucionais desenvolvidos nas últimas décadas na maioria dos países do hemisfério, que tem permitido o desenvolvimento de sistemas democráticos mais inclusivos que visam à transformação dessas sociedades.



Democracia e Participação são hoje processos interligados dependentes um do outro. Nesse decorrer de mudanças e transformações que defrontam nossas sociedades e instituições, as autoridades e organismos eleitorais têm um papel e uma tarefa fundamental que levar em diante para garantir os processos eleitorais que são o único caminho da democracia para que essas mudanças possam ser atingidas em paz e com a maior participação numérica e qualitativa dos cidadãos. Nesse contexto, o significado do voto -no sentido estrito- é aquele que foi dado em toda a história republicana; é uma das formas mais diretas da expressão da soberania popular. No entanto, as repúblicas mudam bem como os cidadãos. Os debates públicos sobre as ações do Estado e a vida democrática são incontestavelmente mais diversos do que faz 15 anos. O cidadão defronta o Estado, as instituições e os partidos políticos de forma diferente. Ele tem exigências maiores bem como maiores requerimentos de participação direta na tomada de decisões nos diversos níveis nos que age. Nesse novo contexto, a nova cultura política, exige mudarmos a nossa forma de pensar perante o fenômeno eleitoral.

A democracia não é um conceito nem um sistema estático, e nesse sentido nosso hemisfério mostra dinamismo e capacidade continua de evolução dia a dia, através da luta incansável pela construção de um mundo e condições de vida superiores às de hoje. Os Sistemas Políticos não podem se parar, porque o desejo dos cidadãos de uma vida melhor sempre vai estar presente. As autoridades e os organismos eleitorais existem para garantir que a voz soberana de nossas sociedades seja plasmada tal e como nossos povos assim o estabelecem como eleitores. No final, nós como autoridades eleitorais temos nossa origem nessa vontade popular e devemos respeitá-la. Por isso nossa maior responsabilidade é garantir que essa vontade popular, sendo a única capaz de transformar o destino de nossas sociedades e instituições, possa se expressar de



forma rápida, transparente e oportuna com caráter indiscutível e indubitavelmente democrático.

Por isso, o crescente debate democrático não só clama pela expressão clara e transparente da vontade popular cada quatro ou cinco anos; exige aprofundar na democracia, nas instâncias de tomada de decisões, não só de baixo para cima, mas de forma horizontal, em novas formas de organização social e de mecanismos de participação direta. Assim, o voto adquire um novo significado. As transformações no nível de complexidade do debate político precisam inovadores mecanismos para a consulta pública. A eleição de governantes e representantes já não é a forma mais comum das formas eleitorais, e nesse sentido, os organismos eleitorais têm focado as ações no fortalecimento de estratégias em busca de um sistema eleitoral mais robusto y simples, que permita pela sua vez múltiplas maneiras de possibilitar o exercício democrático.

Conseqüentemente, uma das novas tarefas das autoridades e organismos eleitorais é desenvolver políticas de inclusão de nossos povos em pleno e legítimo exercício de seus direitos políticos fundamentais.

Fechar a brecha histórica entre os cidadãos eleitores e aqueles cadastrados no Cadastro Eleitoral continua sendo um desafio. Em um continente onde estão se registrando importantes cifras de participação, esse desafio tem que ser assumido desde a perspectiva dos direitos individuais quanto desde o reconhecimento de nossas culturas e povos ancestrais. Avançamos para sociedades onde o poder e a política já não são âmbitos reservados só para as elites. O poder é agora uma força do povo que se expressa em lugares cada vez mais tangíveis e cotidianos. Nesse caminho, vivemos tempos nos que deve ocorrer uma discussão exigente com os partidos políticos, com as instituições, com os cidadãos em geral e devemos entender



que nossa razão de ser concretiza-se no exercício pleno, universal e abrangente do voto, tanto quanto a realidade local o exija.

Reconhecendo assim que autoridades eleitorais são uma ferramenta para fazer **Política**.

Igualmente, tem sido urgente a necessidade de viabilizar a crescente participação popular, e garantir igualdade no acesso ao exercício do sufrágio, multiplicando cada vez mais o número de centros e mesas de votação. A **gestão dos centros** resultou um assunto fundamental para garantir o exercício do sufrágio, que estava limitado não só pela brecha de exclusão do cadastro eleitoral, mas também pela segregação urbana, produto histórico de nossos modelos de desenvolvimento, que empurra as maiorias pobres às periferias das metrópoles aonde não chegavam nossas instituições nem o cadastro eleitoral; e que paradoxalmente são as zonas que concentram a grande maioria de eleitores em poucos centros de votação.

Nesse processo de adequação à nova realidade, **o uso da tecnologia ao serviço da democracia e dos direitos fundamentais dos cidadãos de nossos povos** tem um papel fundamental. O tema transversal destes Encontros foi o da tecnologia e o paradigma das novas sociedades da informação. Em uma sociedade cada vez mais familiarizada com o uso cotidiano de alguma forma de é possível a incorporação progressiva dessa tecnologia em algum ou em todos os processos, como no caso da Venezuela, cujo sistema de votação é 100% automatizado. A tecnologia garante exatidão na apuração e totalização. No Entanto, a tecnologia não é um fim em se mesma e é importante entendermos o papel que desempenha o recurso humano em sua implantação. Requeremos da melhor tecnologia, mas precisamos especialmente dos melhores homens e mulheres que façam funcionar fielmente essa plataforma que não é outra coisa que um instrumento para garantir a integridade dos resultados eleitorais.



Assumir o desafio da modernização do sistema eleitoral não é tarefa fácil e requiere uma disposição especial para atingir impossíveis, para transformar o que as tradições impunham e particularmente abandonar a resistência à transformação. É preciso também, vontade de diálogo, de construção de acordos e de esforço institucional para nos reinventar e recriar a cultura política de nossos países. Por isso, na Venezuela, por exemplo, iniciou-se o processo de automatização, para encerrar definitivamente, a história da fraude eleitoral, para que os eleitores estejam certos que a vontade popular será respeitada.

*Junto com o uso da tecnologia está o tema da **transferência tecnológica**, que envolve a transmissão de conhecimentos e processos relacionados com a aplicação da opção automatizada aos organismos eleitorais.*

*Nesse sentido, para Venezuela a automatização significou uma das formas de garantir a confiança no voto, mas também, e muito importante, é uma questão de **soberania**. Por um lado, garantir o exercício democrático da soberania popular, expressada através do voto e tornar o Poder Eleitoral e o seu organismo reitor, no único ente administrador do processo eleitoral. Para cada organismo eleitoral coloca-se a mesma questão: garantir de maneira independente e soberana o princípio por excelência da democracia, a participação.*

Igualmente, a tecnologia não pode ser aplicada da mesma maneira em todas as partes. Destacam as particularidades de cada sociedade, o que se reflete nos marcos legais e em cada sistema e processo eleitoral. No caso da Venezuela, por exemplo, independentemente de que a máquina seja de uso simples e a tecnologia de tela tátil, conserva-se a emissão do comprovante de voto com o que o eleitor pode verificar a opção selecionada. A emissão desse comprovante, característica dos sistemas manuais, gera confiança no eleitor e nos atores políticos envolvidos.



II. Encontros de Peritos e Representantes de Organismos Eleitorais dos Estados Membros da Organização dos Estados Americanos.

Neste contexto, o Conselho Nacional Eleitoral da República Bolivariana da Venezuela organizou os três Encontros Interamericanos em abril 2008, junho 2009 e julho 2010. Desde o início e marcados pela resolução que os criou, “Modernização e uso das tecnologias eleitorais no Hemisfério” tem se percorrido um caminho que foi desde o I Encontro, o reconhecimento das melhores práticas relacionadas com a aplicação de soluções altamente técnicas até o reconhecimento da variedade e particularidade de conhecimentos técnicos dependendo dos povos e culturas onde se desenvolvem.

Durante o I Encontro, reafirmou-se a importância de continuar aperfeiçoando os processos eleitorais no hemisfério, com um apoio significativo para a credibilidade, transparência e fortalecimento da institucionalidade democrática. Destacou-se que a automatização, em um contexto legal adequado, melhora a qualidade do processo eleitoral e permite obter resultados rápidos que garantem a confiança e tranquilidade dos atores políticos e cidadãos em geral. Igualmente, reconhece-se a alta capacidade tecnológica no âmbito eleitoral que possuem os países da região, particularmente a Venezuela, acordando estimular àqueles países do hemisfério que avançam na modernização e uso das tecnologias eleitorais.

Durante o II Encontro foi claro que organismos e autoridades eleitorais aplicam critérios e procedimentos comuns para todos os



processos eleitorais que buscam garantir o exercício e a inviolabilidade do voto. Igualmente, constatou-se que existem garantias de segurança e auditabilidade em cada uma das fases do processo eleitoral que garantem a confiança e transparência, condição que se reforça com a participação dos atores políticos e sua difusão para todos os cidadãos. Nesse sentido, salientou-se a importância da construção de um marco referencial de procedimentos ótimos para a gestão e controle dos processos eleitorais, manuais ou automatizados, que permita o cumprimento dos critérios que garantam a expressão da vontade popular.

Resumindo, o Primeiro e Segundo Encontro Interamericano de Peritos e Representantes de Organismos Eleitorais realizados em Caracas, em abril de 2008 e junho de 2009, respectivamente, serviram de cenário para uma série de debates sobre temas fundamentais no aprofundamento das democracias de latino-americanas, a partir do exercício do sufrágio como um dos processos importantes. Avançamos na sistematização desses critérios e procedimentos ótimos que melhoram a qualidade na gestão e controle dos diversos processos eleitorais, considerando que o conhecimento técnico acumulado pelos organismos e autoridades eleitorais do hemisfério pode ser compartilhado e melhorado, assim respeitando as particularidades dos sistemas de votação, dos povos e culturas onde se desenvolvem.

Para o Terceiro Encontro, o mandato da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos foi “Reunir os critérios comuns y procedimientos ótimos que os organismos e autoridades eleitorais utilizam para garantir a gestão e controle dos processos eleitorais” para o qual, identificaram-se os processos medulares seguintes:

- 1. Registro Eleitoral*
- 2. Sistema de Gestão de Centros de Votação*
- 3. Postulação e Produção da Cédula de Votação.*
- 4. Funcionamento das Mesas de Votação*
- 5. Financiamento Eleitoral*
- 6. Formação, Motivação à Participação e Regulamentação de Campanhas Eleitorais*



7. Votação, Apuração, Totalização e Divulgação de Resultados
8. Transmissão de Resultados Eleitorais
9. Logística Eleitoral: Geração e Produção de Instrumentos Eleitorais;
10. Logística Eleitoral: Distribuição e Recolha de materiais e equipamento eleitoral.

III. Para a Construção de um Marco Referencial de critérios comuns e procedimentos ótimos para gestão e controle dos processos eleitorais.

Nossas realidades políticas são comuns bem como a nossa essência solidária. Compartilhar nosso sucesso e avançar desde nossos erros é a conseqüência natural do que somos; de nossa história republicana. Com esse espírito chegamos ao Terceiro Encontro, com a vontade de continuar concretizando o que desde o primeiro encontro já tínhamos estabelecido como princípios: a cooperação horizontal, o reconhecimento das realidades regionais, a certeza de que o conhecimento técnico acumulado por nossos organismos e autoridades eleitorais pode ser compartilhado, sistematizado e melhorado, e que nosso hemisfério conta com referências próprias para garantir a auditabilidade dos processos. A tarefa que temos pela frente cristaliza-se em um resultado de alto impacto para nossos organismos. Fazer uma recopilação dos critérios comuns e dos procedimentos ótimos que utilizamos para garantir a gestão e controle dos processos eleitorais fortalecerá um mapa de navegação conjunto para cumprir com sucesso essa viagem: a de continuar nossa transformação para cumprir com as exigências democráticas de nossos povos.

Assumimos que alcançar uma recopilação dos critérios comuns e procedimentos ótimos que os organismos e as autoridades eleitorais utilizam para garantir a gestão e controle dos processos eleitorais, deve ser entendido desde a dinâmica e as realidades dos países da Região: isto é, desde uma perspectiva de construção coletiva, de aproximações sucessivas e visão integral e integradora que recolha as fortalezas e visibilize os desafios dos processos eleitorais do hemisfério, assim constituindo um marco de referência,



e não um esquema rígido que desvirtue a natureza e riqueza das experiências e os diversos esforços que dia a dia fazem as autoridades eleitorais para contribuir eficazmente com o fortalecimento da institucionalidade Eleitoral e a confiança dos cidadãos.

O Terceiro Encontro Interamericano ratificou a importância do debate aberto, amplo e franco baseado no respeito e o reconhecimento das diversas experiências na administração de processos eleitorais, valorizando as semelhanças e diferenças identificadas pelos peritos e autoridades eleitorais do Hemisfério. Igualmente, acordou construir com base no anterior, um Marco Referencial de critérios comuns e procedimentos ótimos que os organismos e autoridades eleitorais utilizam para garantir a gestão e controle dos processos eleitorais, levando em conta o caráter participativo da democracia, os princípios de soberania e independência dos Estados e o respeito à personalidade cultural dos povos da Região.

Atendendo às recomendações surgidas no Terceiro Encontro Interamericano de Peritos e Representantes dos Organismos Eleitorais dos Estados Membros da Organização dos Estados Americanos atualmente estamos trabalhando na elaboração do compendio “Aproximação para Marco Referencial de critérios comuns e procedimentos ótimos que os organismos e autoridades eleitorais utilizam para garantir a gestão e controle dos processos eleitorais”, para a consulta e posterior publicação tal como foi solicitado ao Conselho Nacional Eleitoral da República Bolivariana de Venezuela no Terceiro Encontro.

Como se reflete nas Conclusões deste Encontro realizados nos dias 29 e 30 de julho, esperamos elaborar para a Assembléia Geral em seu Quadragésimo primeiro período ordinário de sessões e próxima Reunião Inter-Americana de Autoridades Eleitorais, o



documento Quadro Referencial e permitir compartilhar com nossos pares e público em geral, um instrumento de utilidade e apoio, não só para compilar o patrimônio teórico, técnico e político das autoridades eleitorais, mas também para se constituir em um documento de referência comparada, que pode ser útil para reconhecer práticas adequadas, procedimentos comuns, etc. Com base no anterior, aumentam as possibilidades de intercâmbio e cooperação em qualquer dos processos eleitorais medulares.

Este Relatório também foi um compromisso assumido pelo Conselho Nacional Eleitoral da República Bolivariana da Venezuela, no Terceiro Encontro; nossa aspiração é que se torne uma motivação mais para o trabalho solidário e coletivo dos especialistas e representantes de organismos eleitorais que participaram nos Encontros. O desafio é que todos assumamos a tarefa de desenvolver esse Quadro Referencial como uma contribuição fundamental ao acervo eleitoral da Região e do mundo.

Tibisay Lucena Ramírez
Presidenta
Conselho Nacional Eleitoral
República Bolivariana da Venezuela